



Antíteses

ISSN: 1984-3356

antiteses@uel.br

Universidade Estadual de Londrina
Brasil

Maestri, Mário
A Revolta da Chibata faz cem anos
Antíteses, vol. 3, diciembre, 2010, pp. 24-38
Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193319813004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Revolta da Chibata faz cem anos

The Revolt of the Whip: celebrating the 100th year

Mário Maestri¹

RESUMO

Intervenção na celebração [UERJ] dos cem anos da revolta dos marinheiros e dos cinquenta anos de *A revolta da chibata*, de Edmar Morel. Analisa o caráter polifônico, biográfico e participativo desse trabalho referencial. Discute as razões que levaram o autor a escrever *1910: a revolta dos marinheiros: Uma saga negra* (1982), enfatizando a metamorfose dos marujos ["proletariado embarcado"] devido à modernização da Armada; o caráter sindical e confronto racial do movimento. Discute o momento da produção desse ensaio e do estudo de Marcos Silva, *Contra a Chibata: marinheiros nacionais em novembro e dezembro de 1910* (1982), e o silêncio historiográfico posterior, à exceção do livro do contra-almirante Hélio Martins (1988). Destaca o primeiro estudo acadêmico sobre os fatos, de Álvaro Pereira do Nascimento (1997), "Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)". Anota a influência dos sucessos do Potemkin, de 1905, no movimento de 1910, enfatizada em *Cisnes negros: uma história da revolta da Chibata* (2000), versão ampliada do ensaio do autor de 1982.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta da Chibata. Primeira República e lutas sociais. Relações raciais.

ABSTRACT

This article celebrates the centenary of the sailor's mutiny as well as the 50th anniversary since the publication of Edmar Morel's *A revolta da chibata*. It focusses on the polyphonic, biographical and active character of that referential work. It also addresses the reasons behind the current author's own work *1910: a revolta dos marinheiros: Uma saga negra* (1982), stressing the sailors' metamorphose (a "boarded proletariat") in light of Navy modernisation, syndicalism and pronounced racial confrontation, all three being important factors of the mutiny. It goes on to discuss the milieu from which such analyses have emerged (the present one, as well as Marcos Siva's study *Contra a Chibata: marinheiros nacionais em novembro e dezembro de 1910* (1982) and questions the historiographical silence that has generally followed (with the exception of Hélio Leôncio Martins's book (1988)). We bring to the fore the first scholarly study of the event, Álvaro Pereira do Nascimento's "Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)" from 1997. Finally, we look at the influence of Potemkin's Revolt, in 1905, on the 1910 Brazilian movement; this connection is underlined in *Cisnes negros: uma história da revolta da Chibata* (2000), an actualized version of the present author's work from 1982.

KEY-WORDS: The revolt of the whip. the social struggles in the Brazilian First Republic. Racial relationships

¹ Mário Maestri é doutor em História e professor da UPF. E-mail: maestri@via-rs.net

Em 22 de novembro de 2010, celebra-se o primeiro centenário da denominada Revolta da Chibata, quando milhares de marinheiros apoderam-se dos mais poderosos navios da esquadra brasileira, então uma das mais avançadas armadas do mundo, estacionada na baía da Guanabara para as comemorações da entronização do marechal Hermes da Fonseca [1855-1823], apenas eleito presidente da República. A maruja impôs-se pela força das armas à despótica, aristocrática, elitista e racista oficialidade daquela arma. Dirigindo os canhões dos temíveis encouraçados para a capital da República, reclamaram a anistia, melhores salários, mais dignas condições de trabalho e existência, o fim dos castigos físicos. Mais de duas décadas após a Abolição e a República, os marinheiros, em sua maioria negros, mulatos, pardos e caboclos, eram açoitados como nos velhos tempos do cativeiro.

Ainda que esse importante transcurso não passe, neste ano, quase despercebido, como o ocorrido quando dos seus noventa anos, temos que convir que são poucas as celebrações sobre ele, já que constitui um dos mais singulares sucessos da história social brasileira. Há poucos dias, ao falar para uma trintena de estudantes de história de uma universidade do interior do Rio Grande do Sul, constatei surpreso que apenas um – e somente um – ouvira falar e podia algo dizer sobre a Revolta da Chibata. Essa não é, certamente, realidade singular, mas situação talvez dominante através do Brasil. Portanto, temos que registrar, destacar e felicitar o presente encontro promovido pela UERJ, em 9-10 de setembro, sob a coordenação dos historiadores Sílvia Capanema, Marco Morel e Tânia Bessone. Salvo engano, ele reúne pela primeira vez nos últimos cem anos, acadêmicos e não acadêmicos que estudaram e se interessaram diretamente por aqueles fatos, para debate sobre eles. Um encontro que, com razão, se dá no Rio de Janeiro, às margens da baía de Guanabara, o principal cenário da revolta.

Ainda hoje são raros e relativamente recentes os estudos sobre a revolta dos marinheiros negros, ainda que os trabalhos biográficos sintéticos sobre João Cândido, o principal dirigente do movimento, sejam um pouco mais abundantes. Fora livros e folhetos redigidos por oficiais sobretudo em defesa de suas ações ou de seus pares, pouco fora escrito até o lançamento, em 1959, do memorável estudo do jornalista cearense Edmar Morel, que cumpriu, igualmente, no ano passado, seus cinquenta anos. Com toda a pertinência, o encontro do Rio de Janeiro propôs centrar, também, suas discussões sobre aquele estudo germinal, que os anos não cessam de aumentar a relevância.

Em 1959, o estudo de Morel – *A revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação da Esquadra pelo marinheiro João Cândido, em 1910* (MOREL, 2009) – teve a merecida consagração porque, pela primeira vez, retirava em forma inapelável

aqueles sucessos do semi-olvido forçado em que haviam sido mergulhados pelas mal-chamadas elites nacionais, interpretando o movimento desde a ótica dos marinheiros sublevados. Seu sucesso deveu-se igualmente aos substanciais dotes literários do autor e à qualidade e seriedade da reconstituição historiográfica por ele empreendida.

Cearense de Fortaleza, José Edmar de Oliveira Morel nasceu em 17 de março de 1912, quase dois anos após a revolta. Filho de família humilde, com a morte do pai, barbeiro de profissão, interrompeu os estudos primários para lutar pela existência. Após desempenhar-se em outros trabalhos, empregou-se como agenciador de anúncios, “suplente de revisor e, finalmente, auxiliar de repórter”. Aos vinte anos, com a ajuda de amigos, embarcou-se para o Rio de Janeiro, em terceira classe, esperando realizar seu sonho de vida, ser plenamente repórter. Um primeiro humilde emprego no *Jornal do Brasil* deu início a uma longa, profícua, destacada e premiada carreira jornalística, interrompida apenas em 14 de novembro de 1989, por sua morte. Edmar Morel teve um filho, jornalista, e diversos netos, entre eles o historiador Marco Morel.

Salvo engano, não contamos ainda com estudo mais detalhado da visão de mundo de Edmar Morel, indiscutível intelectual orgânico das classes populares do Brasil. Sem ter sido jamais comunista, conheceu forte atração pelo marxismo, pelo comunismo e pelo próprio PCB. Em livro de memórias, declarou com orgulho: “Jamais pertenci ao Partido Comunista, a cuja causa prestei serviços, não como inocente útil, porém conscientemente” (MOREL, 1999). Pensador e militantes inarredável de esquerda e do anti-fascismo, de forte viés nacionalista, socialista e popular, Edmar Morel participou muito ativamente da Aliança Nacional Libertadora, da luta contra a Lei de Segurança Nacional, na campanha “O Petróleo é Nosso”, na mobilização contra a Espanha e Portugal fascistas, etc. Em 1964, teve seus direitos políticos cassados, conhecendo igualmente mais uma vez o desemprego, por motivos políticos. Viveu, portanto a repressão de um Estado sempre de costas para a população e a serviços das grandes classes proprietárias, nacionais e internacionais, que nunca deixou de combater. Certamente entre as razões das mesquinhas perseguições e agressões que sofreu de parte da alta oficialidade das forças armadas, encasteladas pela força das armas e apoio das classes proprietárias na chefia da nação, encontravam-se o sucesso e o impacto causados por sua reportagem histórica sobre a revolta da armada. O livro conhecera uma reedição, revista e ampliada, de ampla repercussão, precisamente um ano antes do golpe!

Apesar de se propor a tratar os sucessos de 1910, já relativamente distantes na época da produção do livro, a obra de Edmar Morel registrava e discutia indiscutivelmente a forte continuidade entre o passado e o presente, no relativo à

submissão em que eram e continuam sendo mantidas as classes populares e trabalhadoras no Brasil, realidade geral que ele tendia a apreender sobretudo a partir das categorias nação, nacionalidade e cidadania, em um viés popular e socialista. Como registra o próprio Edmar Morel, *A Revolta da Chibata* foi produto de uma ampla investigação sobre o movimento, apoiada no estudo cuidadoso de artigos jornalísticos, de folhetos e de opúsculos sobre os fatos. Suas amplas relações como intelectual e jornalista de destaque permitiram-lhe igualmente ter acesso a importantes documentos originais sobre a revolta, não raro em mãos de particulares, resgatados, assim, do extravio habitual em nosso país.

Escrito pouco mais de quatro décadas após 1910, o livro registrou igualmente o depoimento e as visões explícitas e implícitas de inúmeros contemporâneos aos acontecimentos. Sobretudo nas suas repetidas edições corrigidas e ampliadas, *A Revolta da Chibata* constituiu-se também como importante orientação crítica sobre as publicações referentes à insurreição. Confesso que me comoveu ler, na reedição de 1986, há poucos dias, quando revi a bibliografia especializada para o presente encontro, a breve referência elogiosa aos livrinhos de Marcos Silva e meu, de 1982. Lamento profundamente não ter podido agradecer, na época, a condescendência do mestre para com os pupilos que se engolfavam sem muito jeito na rota que ele singrara pioneira e majestosamente, com a maestria do navegador habilidoso.

Servindo-me do magnífico lingüista marxista soviético Mikahil Baktin (BAKTIN, 1999), assinalaria o caráter profundamente polifônico de *A revolta da chibata*. No mínimo, no texto soam três potentes vozes, ao lado das palavras dos inúmeros protagonistas e coadjuvantes que encenaram aquela epopéia e drama histórico. A primeira grande voz é a do autor, que investigou os fatos e organizou a narrativa, produzindo nesse processo poderosa e criativa interpretação geral, de tão ampla e duradoura influência. A segunda é a voz singularmente *autorevole* e sempre presente, em forma direta e indireta, do principal dirigente do movimento, o marinheiro sul-rio-grandense João Cândido. Valoriza enormemente *A Revolta da Chibata* ter o já traquejado escritor transformado a narrativa também em depoimento oficial do *Almirante Negro*, que autografava a obra como espécie de co-autor, como assinala conhecida foto de lançamento do livro em 1959, sobre o qual Edmar Morel anotou:

Tratei de apressar o livro para que saísse a tempo para o cinquentenário do movimento, em 1960. A primeira edição saiu pelos Irmãos Pongetti Editores, e o lançamento foi original: nas oficinas da gráfica, junto aos trabalhadores que participaram da confecção do livro, regado a chope e salgadinhos, com o próprio João Cândido autografando os exemplares ao meu lado.” (MOREL, 1999, p. 232-233).

Finalmente, muitas vezes através de João Cândido e de outros registros, podemos escutar as múltiplas vozes, já roucas, abafadas e mais distantes, dos marinheiros rebeldes.

Com a competente quinta edição comemorativa do primeiro centenário do movimento e cinquenta anos de edição de *A revolta da chibata*, organizada pelo historiador Marco Morel, o livro foi lançado, pela primeira vez, por uma editora nacional de destaque. O que nos permite esperar que estejam igualmente dadas as condições para estudo acadêmico substantivo sobre a obra geral e as visões de mundo de Edmar Morel, com destaque para *A revolta da chibata*. Um estudo que certamente lançará mais luz sobre aqueles sucessos, sobre a própria produção do livro e sobre as influências deste último na historiografia brasileira.

Edmar Morel não escreveu sua reportagem para sagrar-se como autor ou para realizar operação bibliográfica rendosa, o que era materialmente impossível na época, nem que fosse devido à dimensão restrita do público leitor no Brasil. Apesar de sua importante obra bibliográfica, quando muito, volta e meia, como lembra Edmar Morel, “*pingava* algum dinheiro” relativo aos direitos autorais de seus livros. O que certamente era então um desafoço, mesmo para um jornalista de destaque. E, no relativo ao livro sobre a Revolta da Chibata, o autor com singular solidariedade e desprendimento deixou estabelecido, na primeira edição, “que os 10% de praxe seriam destinados ao velho marujo [João Cândido] enquanto ele vivesse” (MOREL, 1999, p. 233). Edmar Morel escreveu em *Histórias de um repórter*, que, em 1959, com 47 anos, já escritor reconhecido e com “alguma prática em biografias”, adquirida ao narrar a vida de Gago Coutinho, do padre Cícero, do jangadeiro Francisco Nascimento e do coronel Fawcett, compreendeu que havia na revolta de 1910 “uma bonita história”, transformada em um “tabu”, sobretudo pela Marinha brasileira. História que travara conhecimento, por primeira vez, ainda menino, em Fortaleza, na barbearia do pai, em matéria da revista *Semana ilustrada* (MOREL, 1999, p. 231-234).

O livro tratou-se certamente de operação política e cultural, promovida por autor imbuído, desde sempre, da missão de vingador, na qual chibateou com a virtualidade de sua pena, ao estripar segredos cuidadosamente guardados, os poderosos e os algozes do passado e do presente, que mantinham no cepo o povo e o país que amava desbragadamente. A dedicatória da edição original registra o caráter combatente da reportagem histórica: “A Ti, homem ou mulher, que morreu na prisão, lutando pela liberdade, este livro.”

Em *A revolta da chibata* não há espaço para as pretensões pernósticas, hipócritas e pueris sobre a imparcialidade quanto às partes, no relativo ao estudo dos

confrontos sociais. A simpatia de Edmar Morel esteve sempre com os marinheiros revoltados, não por opção aleatória, apriorismo ou preconceito, mas porque interpretavam o que via, com justa razão, de mais saudável nas entranhas de seu país. Uma adesão incondicional regida sempre pelo princípio cristão ou leninista, como se queira, que apenas a verdade, no seu caso, histórica, “liberta” ou é “revolucionária”. Processo epistemológico que garantiu e garante ao livro lugar germinal na historiografia brasileira, passados já cinquenta anos.

Já na primeira edição, *A revolta da Chibata* centrou fortemente sua narrativa em João Cândido, o marujo de Rio Pardo, descendente de trabalhadores escravizados. Ao narrar sua ação decisiva durante a revolta e a terrível saga daquele prometeu negro, castigado incessantemente por sua ofensa aos falsos deuses do Olímpio nacional, Edmar Morel esculpiu em granito indestrutível a atuação do marujo como principal dirigente da rebelião, posição na que fora ungido livre e democraticamente pela maruja rebelada. Uma personalização da narrativa enfatizada nas edições subsequentes, com o relato do inferno em vida que continuou sendo votado ao Almirante Negro, com destaque para seus últimos anos, até sua morte, em 6 de dezembro de 1969, vividos sob a ditadura militar.

Desde seu primeiro momento, o livro *A revolta da Chibata* foi pensado sobretudo como biografia de João Cândido, o Almirante Negro. Cremos que o destaque dado a João Cândido não se deveu apenas à disposição registrada pelo autor de ter “a honra de ser o biógrafo do marinheiro João Cândido”. Ou à consciência da necessidade de personalizar os acontecimentos, para objetivar narrativa mais performativa. Tratou-se de uma orientação que talvez sequer se devesse à valiosa proximidade com o destacado protagonista. Possivelmente nessa solução contribuiu fortemente a visão profunda de Morel da história pátria, compreendida fortemente como o produto de protagonistas excelentes que não raro entregaram a vida na construção da nação com que o autor sonhava e pela qual lutava destemidamente. Heróis pátrios, que a “sociedade esquece com facilidade”, que habitaram, muitos deles, como coadjuvantes fortuitos, sua narrativa sobre os fatos de 1910 – Tiradentes, Dragão do Mar, Frei Caneca, etc. Segundo o próprio subtítulo do livro, João Cândido teria nada menos do que “levantado a Esquadra” em 1910. Tratou-se de escolha que centra os holofotes em João Cândido, o Almirante Negro, e, com algumas exceções, ilumina apenas rapidamente cenários em que ele não foi o protagonista, como as deliberações nos demais navios, a segunda revolta, de dezembro, etc.

Gostaria de pedir licença para explicar por que e como terminei escrevendo o

ensaio que justifica minha presença neste evento. Em 1979, pouco após voltar ao Brasil de exílio de pouco mais de seis anos, decidi produzir estudo dirigido ao grande público leitor sobre a Revolta da Chibata, enquanto preparava minha tese de doutoramento sobre a escravidão colonial no Rio Grande do Sul, defendida em Louvain, na Bélgica, em 1980, e publicada, em 1984. Essa incursão em uma época e em um tema que sempre foram relativamente estranhos ao espaço central de meu trabalho como historiador merece explicação, pois creio que registra também momento e conjuntura necessários de serem intelectualmente restaurados. Sou membro da última geração brasileira que dedicou habitualmente à literatura ficcional em prosa e ao cinema o tempo a seguir comumente enterrado diante da telinha da televisão. A leitura da segunda edição de *A revolta da chibata*, em 1968-69, quando estudante de engenharia na PUC-RS, causara-me enorme impressão pelo viés cinematográfico da narrativa dos sucessos.

Não vou responsabilizar Edmar Morel pelo meu abandono da Escola de Engenharia da PUC pelo curso de História na UFRGS, em 1969, em uma época em que já me envolvera plenamente na luta contra a ditadura militar e pelo socialismo. Mas indiscutivelmente, ele foi um dos primeiros autores brasileiros a me apontar um tipo de escritura da história que perseguiria e, confesso, persigo ainda, quarenta anos após a leitura da *Revolta da chibata*. Entretanto, o estudo de Edmar Morel foi responsável apenas indiretamente pela minha incursão na insurreição de 1910. Cinco anos antes, em agosto de 1973, marchara ao lado de apenas algumas centenas de manifestantes, pelas ruas de Santiago, em defesa dos marinheiros chilenos, que acabavam de ser encarcerados por ordem presidencial, sob a pressão da alta oficialidade golpista da marinha, devido à acusação de conspiração. Em pronunciamento radiofônico, Salvador Allende declarou, pateticamente, imediatamente após as prisões: “Ayer se descubrieron tentativas de organización celular em dos buques de la Armada Nacional. Se presume que intervinieron miembros del sector de ultraizquierda. [...]” “El gobierno rechazará toda tentativa de infiltración política [...], toda tentativa de infiltración subversiva en las Fuerzas Armadas, en Carabineros e Investigaciones.” (apud MAGASICH, 2008, p. 141).

Vivíamos então o já avassalador refluxo da revolução chilena que antecedeu o golpe militar de 11 de setembro de 1973. Na ocasião, lembrei fortemente a revolta vitoriosa de 22 de novembro de 1910, dos marinheiros brasileiros, que conhecera através de *A Revolta da Chibata*. O que mais me impressionara nos sucessos chilenos foi a oportunidade perdida, pois estavam dadas, em 1973, ao contrário de 1910, as condições perfeitas para a junção da ação dos destemidos marinheiros democráticos e revolucionários com uma população que esperava direção em que se apoiar. A

repressão aos marinheiros desmobilizou a resistência anti-golpista nos quartéis e nos navios e aprofundou a confusão e desmoralização do ainda fortíssimo movimento chileno de massas.

Em Santiago, marchava ao meu lado, em solidariedade aos marinheiros presos, o também jovem chileno Jorge Magasich, meu colega no curso de História do Instituto Pedagógico da Universidade de Chile, na militância política e, a seguir, no exílio na Bélgica. Certamente também golpeado por aqueles sucessos, ele publicaria, no Chile, em 2008, sua tese de doutoramento, defendida anteriormente na Université Libre de Bruxelles, na Bélgica, apoiada fortemente no depoimento da direção dos marinheiros que se organizaram contra o golpe em marcha – *Los que dijeron “No”: historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973* (MAGASICH, 2008). No Chile, antes dos sucessos de setembro de 1973, envolvendo os marinheiros, eu lera e buscara me informar sobre a revolta dos marujos chilenos, de 1931, igualmente retirado do olvido pelo escritor, poeta, cantor e historiador Patricio Mans, com o livro *La revolución de la escuadra en 1931*, em uma edição de dez mil exemplares, de 1972, das Ediciones Universitarias de Valparaíso.

De volta ao Brasil e à luta que me afastara por quase sete anos do país, como dito, decidi, em 1979, realizar breve investigação sobre a Revolta da Chibata, que concluí após a defesa de minha tese de doutoramento, em 1980. Além de produzir livro de divulgação sobre aquele levante, pretendia investigar e enfatizar as razões que garantiram a vitória militar da primeira insurreição, de 22 de novembro de 1910. Nos marcos dos limites da pesquisa, o escopo central do trabalho era estudar a revolta como um todo e os marinheiros como seus protagonistas. Morando em São Paulo, viajei diversas vezes ao Rio de Janeiro para pesquisar na Biblioteca Nacional e, sobretudo, no Arquivo da Marinha, onde me apresentei sob a desculpa de estar preparando uma história do *Minas Gerais*, um dos dois principais encouraçados sublevados. No arquivo, fui atendido gentilmente pelo responsável, que insistia em carimbar o verso das fotocópias de livros e folhetos que me permitia realizar, para acertar sua autenticidade. Na ocasião, pude consultar ainda livremente, entre outros documentos, os registros dos castigos de algum dos navios sublevados, que, inexperiente, não transcrevi. Encerrei minhas visitas ao arquivo quando, visivelmente enfadado, o gentil responsável declarou-me que não pensasse que lhe enganava, pois sabia que estava, nos fatos, pesquisando João Cândido e a Revolta da Chibata. Certamente também já lera o livro de Edmar Morel!

Em 1980, quando ultimava a redação de meu ensaio, durante o septuagésimo aniversário da Revolta da Chibata, proferi palestras e, sobretudo, publiquei dois artigos,

um longo e outro mais breve, respectivamente nos semanários *Em Tempo* e *Movimento*, sob os títulos “A Revolta da Chibata” e “A vitória do Almirante Negro”. Atividades então comumente realizadas sob os olhos atentos mas então já mais contidos da repressão policial e militar. Finalmente, apresentei o ensaio, para exame, ao editor da coleção “Tudo é História”, da Editora Brasilense, onde publicaria, em 1984, síntese de minha tese de doutoramento. Com forte decepção, soube que alguém se adiantara, ao propor, anteriormente, um outro ensaio, já aprovado, se não me engana a memória. Tratava-se do excelente trabalho de Marcos Silva, autor que tive o prazer de conhecer mais tarde. Publicado em 1982 – *Contra a Chibata: marinheiros nacionais em novembro e dezembro de 1910* –, o ensaio aborda principalmente o noticiário dos jornais, das classes dominantes e operários, destacando a fragilidade do movimento popular da época, elemento que assinalara igualmente no meu estudo.

Finalmente, o trabalho, ao qual dera o título *1910: a revolta dos marinheiros negros*, foi prontamente aceito pela Editora Global, para publicação como o sexto título da série “História Popular: Brasil”. Como o responsável pela coleção defendeu que o qualificativo étnico do título limitava o sentido de uma revolta que via como eminentemente social, marinheiro de primeira viagem, aceitei a restrição ao título original, compensada pela promessa do subtítulo “uma saga negra”, que terminou grafado apenas na primeira página do livro, e não na capa, como acertado. Publicado em 1982, o livro teve, no mínimo, três edições, de relativamente amplas tiragens. De certo modo, o coordenador da coleção retomava a opção de Edmar Morel, em *Revolta da chibata*, em não enfatizar o confronto entre uma maruja negra, mulata, mestiça e cabocla, em boa parte descendente de ex-cativos, e uma oficialidade limpidamente branca, originária comumente de grandes famílias de ex-escravistas. Realidade registrada, comumente, nas palavras de João Cândido e em passagem e comentários do próprio autor em *A revolta da chibata*.

É interessante registrar que, em seu opúsculo de 1916, *O preconceito de raça no Brasil*, que teve como mote precisamente a revolta de 1910, Álvaro Bomilcar [1874-1957], conhecido por suas posições nacionalista de viés popular, destacava já os preconceitos “de classe e de raça” entre as principais razões causais daqueles sucessos (BOMILCAR, 1916). Assinalava os preconceitos raciais registrados nas “exigências estéticas de uma aristocracia arqui-ridícula, numa república democrática”, que produzira oficialidade que acreditava que “o nosso negro, ou o nosso mestiço” era uma “fera, um ser bestializado pelo vício e pelo instinto do crime, incapaz para os árduos labores da marinha de guerra”. Para aquele autor, a marinha brasileira necessitava, sim, não de novos marinheiros, mas de nova oficialidade, desprovida dos preconceitos

de raça e de classe, para comandar maruja que, corretamente enquadrada, destacaria-se como uma das melhores do mundo.

Edmar Morel não viu a insurreição como luta de classes. Integrou-a e aproximou-a às grandes revoltas *populares*, nativas e regenciais do passado brasileiro, das quais excluía a Balaiada. Era uma luta pela liberdade, pela dignidade e, sobretudo, pela cidadania. cremos que, mesmo não havendo dúvidas sobre o fim dos castigos físicos como razão fundamental da revolta, não devemos minorar a exigência de melhores soldos e melhores condições de trabalho e de vida como motivos igualmente determinantes de revolta. Revolta na qual participaram com destaque marinheiros que jamais haviam sido castigados fisicamente.

Quando de minha primeira investigação, enfatizei a dimensão *racial* daquela revolta, que defrontou oficiais embebidos nas visões racistas da escravidão – preconceitos fortalecidos no início da República [Hermes da Fonseca tinha 33 anos, quando da Abolição!] – a marinheiros comumente negros, mulatos e mestiços. Naquele momento então, despertou-me igualmente a atenção a eventual influência que a revolta do Potemkin tivera sobre os marinheiros brasileiros. Um fato igualmente pouco referido e desenvolvido por Edmar Morel, apesar de também pertinentemente assinalado por ele. Arriscamos a pensar que, nacionalista ferrenho, em luta permanente contra os então chamados *entreguistas* e *vende-pátrias*, não lhe seria simpática a idéia que a *nostra* revolta nascera ou se fortalecera a partir do exemplo e lições de revolta *estrangeira*.

Em *1910: a revolta dos marinheiros: Uma saga negra*, destaquei igualmente a determinação da consciência dos marujos pela modernização da Esquadra, que os transformara em verdadeiro proletariado embarcado, ainda que tratados como os antigos e rústicos cativos. Utilizei e utilizo a categoria “proletariado embarcado” para descrever a metamorfose substancial da maruja, no contexto das grandes aquisições da armada, de *operários* sobretudo braçais em trabalhadores especializados. Eram agora artilheiros, eletricitas, foguistas, mecânicos, timoneiros, telegrafistas, etc. Ou seja, constituíam-se como uma maruja moderna, parte integrante de proletariado embarcado [e desembarcado] mundial, com o qual mantinham incessantes e crescentes contatos, cotejando suas reivindicações, suas lutas e suas condições gerais de trabalho e de existência, com as daqueles setores. Uma contradição enfatizada, nos manifestos dos revoltosos, na permanente referência à oposição entre os direitos cidadãos e o tratamento recebido, próprio à fazenda escravista. Enfatizei igualmente a dificuldade dos marujos em articular-se com outros setores populares, devido ao caráter necessariamente clandestino da conspiração; à fulminante eclosão e conclusão da

revolta; à debilidade estrutural e conjuntural das classes trabalhadores na época; à fragilidade estrutural do proletariado em um país ainda essencialmente rural. Quando daquele estudo, tive plena consciência da necessidade de um melhor conhecimento da dinâmica interna do movimento, da segunda insurreição e de pesquisa mais ampla sobre a eventual influência da revolta dos marinheiros russos do Potemkin, de 1905, no mar Báltico.

A retomada da luta pela democratização do país, em um viés crescentemente classista e anticapitalista, sob a direção do movimento operário organizado, com destaque para o proletariado metal-mecânico paulista, foi certamente responsável pela minha decisão de escrever, pela fácil publicação e pela ótima acolhida de meu ensaio. Realidade sobre a qual tinha, então, consciência limitada. Um período social magnífico que determinou certamente também a redação, publicação e ampla difusão da obra de Marcos Silva e, em 1979, a apresentação com indiscutível repercussão da terceira edição de *A revolta da chibata*, ampliada, que me foi presenteada pelo historiador sulino Décio Freitas, então marxista, que publicara uma segunda edição de *Palmares: a guerra dos escravos*, também pela Editora Graal, em 1978.

Lenta mas inexoravelmente, esgotaram-se nos anos seguintes as condições sociais gerais que abriram espaço para a investigação e a legitimação de trabalhos sobre a revolta dos marinheiros de 1910. Seis anos mais tarde, em 1988, ou seja, já no contexto da enorme maré conservadora que arrasaria o mundo [Queda do Muro], o contra-almirante Hélio L. Martins publicou pela Companhia Editora Nacional um trabalho de maior fôlego, claramente antipático aos marujos e com poucas informações novas. Porém, o livro constituiu, indiscutivelmente, um real esforço para superar o partidarismo extremado dos escritos de oficiais sobre a revolta, dos quais o autor se afasta sistematicamente. Quando retornei ao tema, em 1999, e li com grande cuidado *A revolta dos marinheiros: 1910*, chamou-me atenção a quase absoluta semelhança do título desse importante estudo, em relação ao meu ensaio anterior, à exceção da inversão da colocação da data dos sucessos no título.

Nos dez anos seguintes, fez-se silêncio quase absoluto sobre o tema, em um claro reflexo da *viradeira*, também historiográfica, que se abatia sobre o Brasil e o mundo. Com a vitória da maré neoliberal, proclamou-se o '*fim da história*', com destaque para aquela com preocupações sociais, sobretudo quando escrita do ponto de vista dos oprimidos. No novo contexto socialmente árido, as histórias das mentalidades, dos hábitos, dos costumes e de outras questões gentis impuseram-se como grandes temas, abandonando-se, sob a ameaça de execração acadêmica, a velha proposta de compreender o passado para transformar o presente, que Edmar Morel interpretara,

com tamanha galhardia.

A retomada da temática deu-se em março de 1997, por Álvaro Pereira do Nascimento, que defendeu dissertação de mestrado, na UNICAMP, abordando indiretamente a Revolta de 1910, de título "Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)" (NASCIMENTO, 1997). Salvo engano, após quase 90 anos, era a primeira investigação de fôlego que discutia, ainda que indiretamente, a revolta de 1910, produzida em programa de pós-graduação. O pai do autor, seu Severino, consciente e esclarecido trabalhador marítimo e ex-militante do velho PCB, durante a ditadura, questionava insistentemente o filho se a sua professora falava de "João Cândido" e dos "verdadeiros heróis nacionais". Não falava. Quem sai aos seus não degenera. Álvaro Pereira do Nascimento certamente honrou com seu trabalho seu Severino, João Cândido e os milhares de marinheiros anônimos.

Após rápida descrição da revolta, baseado sobretudo no estudo de processos-crimes, referentes ao período 1860-1912, depositados no Arquivo Nacional, Álvaro Pereira do Nascimento reafirma o caráter forçado do arrolamento e do tratamento dos marinheiros, mesmo quando ainda quase crianças. No seu estudo, destaca-se a minuciosa análise da função do castigo físico, como meio de manutenção da autoridade despótica dos oficiais. Um processo-crime estudado apresenta o caso de Laurentino Manuel da Silva que, em 1873, foi condenado sumariamente pelo comandante a quinhentas chicotadas consecutivas, por haver destratado o cabo da guarda. Álvaro Pereira do Nascimento demonstra que a duração do castigo era decidida, pelos oficiais, durante o mesmo, não raro se interrompendo apenas quando o marujo se dobrava de dor.

O trabalho corrobora igualmente as teses sobre a tensão racial/social entre oficiais, brancos e ricos, provenientes das famílias abonadas e proprietárias da época, e os marujos, negros e pobres, originários dos segmentos mais humildes de então. No Império, comumente, os marujos eram libertos e, não raro, cativos fujões que se arrolavam como marinheiros para escaparem ao cativeiro. O autor preocupa-se também com a identificação de pequenos movimentos que agitaram a marinha de guerra, preparando a grande revolta. Hoje sabemos que, antes de 1910, ocorreram outros motes, em geral circunscritos a um navio, como em 1891, no cruzador *Paraíba*, na baía da Guanabara; em 1904, em um barco da Armada, em Gibraltar; e o ocorrido, na Bahia, no encouraçado Deodoro, durante o transporte do corpo do ex-vice-presidente Manuel Vitorino. Álvaro Pereira do Nascimento refere-se com detalhes a uma revolta, em 1893, no porto de Rio Grande, na canoeira *Marajó*, contra o castigo físico. Mais tarde, dedicaria igualmente sua tese de doutoramento, *Cidadania, cor e*

disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910, àqueles sucessos, publicada, em 2008 (NASCIMENTO, 2008).

Em 1997, propus-me realizar reedição ampliada de meu ensaio, já há muito esgotado. Voltei, então, ao Arquivo da Marinha, no Rio de Janeiro, onde não mais encontrei meu conhecido – e quero crer amigo – arquivista e boa parte da documentação que pudera consultar, e não transcrevera, por falta de experiência e tempo, dez anos antes. Aceito pela Editora Moderna, o livro foi lançado quando dos noventa anos da Revolta que, diga-se de passagem, passaram quase despercebidos, como assinalado (MAESTRI, 1998). Nesse estudo, aprofundi a reflexão sobre as inevitáveis conseqüências da modernização da marinha de guerra, no contexto dos grandes encouraçados monocalibre, sobre uma maruja tratada como formada por cativos, apesar de sua proletarização, como também já destacado. Sobre tudo, apresentei, em dois breves capítulos, a Revolta do Potemkin. Registro minha enorme surpresa ao identificar, em forma quase explícita, a preocupação dos marinheiros brasileiros, em 1910, em não cometer os erros de seus camaradas, em 1905. O que destacaria o caráter e sentido também fortemente internacional desses sucessos. Registre-se que, apesar do lapso, a célebre carta do *Mão Negra*, quando da viagem do *Bahia* ao Chile, lembrava aos oficiais, semanas antes da insurreição, a revolta da “*esquadra russa no Báltico* [sic]”, a fim de torná-los mais receptivos às reivindicações dos marinheiros, incessantemente apresentadas.

Os marujos brasileiros não aceitaram a participação de oficiais e suboficiais na revolta, uma das grandes causas do fracasso do movimento russo. Uma decisão que ressaltava, igualmente, o caráter de classe e social do movimento. Não titubearam em bombardear os navios e as fortalezas que se opuseram ao movimento, sem mostrar a hesitação dos marujos do Potemkin, em 1905. Destruíram as bebidas alcoólicas, mantiveram sob guarda o cofre dos navios e as cabines dos oficiais, respeitando os corpos dos *superiores* mortos. Assim, impediram as acusações e tentativas de desqualificação subsequente ao movimento de 1905, pela imprensa e em ensaios, na Rússia e através do mundo, sobretudo. Tinham certamente consciência que continuariam embarcados sob as ordens dos oficiais. Essas *divergências* da revolta brasileira com a russa sugerem um cuidadoso e minucioso estudo daquele movimento, que apenas se concluía, quando os marujos brasileiros chegaram à Inglaterra, para serem introduzidos no manejo das modernas máquinas. Também em 2000, o jornalista Fernando Granato publicou trabalho biográfico sobre João Cândido que aponta interessantes sugestões sobre as razões pelas quais ele se transformou quase naturalmente em principal porta-voz da revolta da Chibata (GRANATO, 2000). Ou

seja, sua liderança anterior à revolta entre os marujos e seu acesso aos oficiais.

Verdadeiro proletariado embarcado, os marujos brasileiros empreenderam movimento por realização de direitos civis e sindicais negados, avançando proposta de sociedade cidadã, que deveria necessariamente apoiar-se no mundo do trabalho, para sua efetiva realização. Ao tomarem os complexos navios em suas mãos, conduzindo-os com total maestria, desenharam na baía da Guanabara a explosiva metáfora da desnecessidade e anacronismo social das chamadas classes dirigentes e dominantes. Idéia-força já parte do programa das vanguardas da frágil classe operária brasileira, materializada, sete anos mais tarde, na Revolução Russa. Talvez por isso a forte atração que o movimento exerceu, fugazmente, sobre as classes médias e populares do Rio de Janeiro e, até mesmo, sobre um político e intelectual democrático como Rui Barbosa.

Ao ter como cenário geral um país semi-rural, com as classes operárias fortemente regionalizadas e se recuperando de dura depressão e repressão, faltou ao movimento dos marinheiros a sustentação democrático-radical imprescindível, para manter-se, após a vitória de novembro. O Estado elitista nacional não podia permitir vitória dos marujos que se consolidasse como farol para o movimento social e apontasse para uma efetiva democratização das forças armadas. A revolta se solucionaria com a obtenção de conquistas imorredouras para os marujos da armada, em novembro, que teria como contraponto a impiedosa repressão e desligamento da arma dos marinheiros revolucionários, após a derrota/armadilha de dezembro, possivelmente produto de provocação policial-militar. A luta pela democratização efetiva da marinha de guerra e das forças armadas, retomada e novamente derrotada em 1963-4, segue como pauta inconclusa no Brasil.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOMILCAR, Álvaro. *O preconceito de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Aurora, 1916.

GRANATO, Fernando. *O negro da chibata: o marinheiro que colocou a República na mira dos canhões*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MAESTRI, Mário. *1910: a revolta dos Marinheiros. Uma saga negra*. 3. ed. São Paulo: Global, 1982.

_____. *Cisnes negros: 1910: a revolta dos marinheiros contra a chibata*. São Paulo: Moderna, 1998.

MAGASICH, Jorge. *Los que dijeron "No": historia del movimiento de los marinos antigolpistas de 1973*. Santiago: LOM, 2008.

MARTINS, Hélio Leôncio. *A revolta dos Marinheiros - 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1985.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. Organização de Marco Morel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

SILVA, M. A. da. *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982.